

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS
ASSESSORIA PROCESSUAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a indicação das condições e requisitos para o registro de preços “**aquisição de areia lavada**” com fim de atender as necessidades dos serviços operacionais e manutenção das estradas do Município de Itaboraí – RJ, em conformidade com o Decreto Municipal nº 295 de 27 de dezembro de 2023 e do Decreto nº 003 de 04 de janeiro de 2024, que regulamenta o Registro de preços no Município de Itaboraí.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea b, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 3º do Decreto Municipal nº 05/2024)

2.1. A presente contratação se justifica no âmbito desta Secretaria, pela necessidade de aquisição de areia lavada para atender as necessidades dos serviços operacionais desempenhados pela Setor de Estradas nas vias urbanas do Município de Itaboraí, tendo em vista o aumento considerável das demandas de obras que estão ocorrendo e que necessitam ser realizadas.

2.1.2. Constatou-se que ainda, existem muitas ruas e acessos às principais localidades e bairros que apresentam deficiências, especialmente as vias estruturais de ligação ao centro da cidade, além da necessidade de se atender à mobilidade urbana.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações – PAC referente ao exercício de 2026,tão logo concluídos os ajustes necessários no planejamento, em observância ao Art. 3º do Decreto Municipal nº 05/2024.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea a e Art. 105 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 20, Inciso I, Alíneas a e b do Decreto Municipal nº 295/2023)

3.1. Os materiais a serem adquiridos estão descritos no quadro a seguir, acompanhados do quantitativo estimado:

Nº Item	Descrição do Item	CATMAT	Und.	Dpto. Estradas	Saneamento Básico	Total Estimado:
01	Areia Lavada. (inclusive transporte para Região Metropolitana do Rio de Janeiro/RJ).	216953	M³	20.000	10.000	30.000

3.2 O Critério de julgamento pelo “Menor Preço”.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

4.1. Os materiais cuja aquisição se pretende são de natureza comum, enquadrando-se na descrição do artigo 1º, parágrafo único da Lei nº 14.133 de 2021 e no Decreto Municipal nº 298 de dezembro de 2023, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA (Art. 84 Lei nº 14.133/2021 e Art. 21 parágrafo único do Decreto Municipal nº 003/2024)

5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à **data** da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, e mantidas as condições de habilitação;

5.1.1. O contrato eventualmente decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 35 do Decreto Municipal nº 003/2024.

6. DA AMOSTRA

6.1. A avaliação da areia lavada fornecida observará:

- Granulometria adequada ao uso (areia média ou fina, conforme demanda);
- Isenção de impurezas (argila, matéria orgânica, resíduos);
- Umidade compatível;
- Conformidade com normas técnicas aplicáveis.

6.2. A medição será realizada por:

- Volume efetivamente entregue (1m³);
- Conferência no ato do recebimento;
- Atesto pelo fiscal do contrato.

6.3. A empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar as amostra dos produtos indicados em sua proposta, em até 05 (cinco) dias úteis do encerramento da sessão de lances, para a verificação da compatibilidade com as especificações **3.1** deste Termo de Referência e qualificação técnica descrita neste Termo consequente aceitação da proposta;

6.4. As amostras deverão ser apresentadas no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, localizado à Avenida 22 de Maio, 7071 – Venda das Pedras, Itaboraí/RJ, entre 08:00 e 16:00 horas, e a equipe técnica terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da entrega, para análise das amostras e identificação da necessidade.

6.5. Caso as amostras não sejam suficientes para confirmar que os produtos apresentados correspondem as especificações será desclassificado do certame, .

6.6. Não será aceita a proposta da licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não apresentá-la no prazo estabelecido.

7. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DA ATA (Art. 20, Inciso I, Alínea “c” do Decreto Municipal nº 295/2023 e artigo 23 do Decreto Municipal nº 003/2024)

7.1. A prestação de entrega do material **areia lavada** se dará de forma parcelada (de acordo com as solicitações).

7.2. O prazo para entrega dos materiais será de 05 (cinco) dias corridos, contados do envio da nota de empenho e solicitação de entrega que indicará o quantitativo a ser fornecido;

7.3. Os materiais serão entregues no (a) Secretaria Municipal de Serviços Públicos, situada à Avenida 22 de Maio, nº 7.071 – Venda das Pedras – Itaboraí- RJ/CEP 24.801-088, no horário 08h as 16h, em dias úteis.

7.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente, pelo fiscal da ata, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de entrega. Caberá ao Fiscal realizar a verificação da conformidade dos materiais recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta do Fornecedor Registrado apresentada no momento do certame;

7.5. O recebimento definitivo, nos termos do Art. 16 do Decreto Municipal nº 300/23, ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado.

7.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.7. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório (no momento da entrega), quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser retirados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da Fornecedor Registrada às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. O prazo para a solução, pelo Fornecedor Registrado, de inconsistências detectadas dos materiais entregues verificadas pela Fiscalização da Ata, durante a análise prévia por ocasião do recebimento provisório, não será computado para fins do recebimento definitivo;

7.9. Em caso de rejeição dos materiais por parte da fiscalização, o fornecedor registrado deverá se responsabilizar pelas despesas de transporte, retirada e devolução dos itens substituídos, bem como por todas as despesas necessárias e decorrentes da nova entrega dos materiais, sem ônus adicional para o Órgão Gerenciador.

8. GARANTIA DA PROPOSTA

8.1- Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente da Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Termo de Referência e no Edital.

8.1.1- Prestação de garantia no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da proposta cadastrada, art. 58, da lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

I- Caução em dinheiro;

II- Seguro-Garantia;

III- Fiança bancária.

8.1.2- O comprovante do recolhimento da garantia para licitar será encaminhado juntamente à proposta.

8.1.3- A Garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da abertura do Certame.

8.1.4- A Comissão de Contratação da presente licitação não se responsabilizará por informações prestadas erroneamente pelas licitantes, enviadas para e-mails diferentes do informado neste instrumento, assim como solicitações realizadas fora do prazo ou sem tempo hábil para análise e produção de documentos necessários.

8.1.5- A Garantia será devolvida aos licitantes do prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

8.2 Vedação a acréscimos de quantitativos- Art. 22 do Decreto Municipal nº 003/2024

8.2.1 Vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

9. DA HABILITAÇÃO - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LICITANTES (Art. 20, Inciso III do Decreto Municipal nº 295/2023)

9.1. Além das exigências habituais relacionadas à comprovação da habilitação econômico financeira e jurídica das licitantes, com o intuito de garantir a seleção de fornecedores aptos a efetivamente atender a demanda da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, evitando-se o inadimplemento contratual.

9.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação do fornecimento em características e prazos compatíveis com o objeto da licitação;

9.1.2 A comprovação deverá se dar por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem que o licitante já forneceu bens em quantidades correspondentes a 50% dos quantitativos descritos neste Termo;

9.2. Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão estar acompanhados de documentos que comprovem a aptidão do signatário para responder pela pessoa jurídica atestante;

9.3. Os licitantes deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, caso solicitado pela Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

10. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. São obrigações Do Órgão Gerenciador da Ata:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.1.2. Comunicar à FORNECEDORA REGISTRADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas;

10.1.3. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais através de servidores especialmente designados para as funções de fiscal e gestor, nos termos do Decreto Municipal nº 300/2023.

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Fornecedora Registrada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência da execução da ata de registro de preços, por si ou seus propostos.

10.3. O Órgão Gerenciador reserva-se ao direito de não atestar o recebimento dos materiais em desacordo com as especificações e condições constantes da ata de registro de preços e na proposta da fornecedora, apresentada no momento da licitação, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas para os casos de inadimplemento parcial ou total.

11. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA REGISTRADA

11.1. O Fornecedor Registrado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução da entregas dos materiais de acordo com a solicitação encaminhada pela SEMSERP e, ainda:

11.1.1. Efetuar a entrega dos materiais de acordo com a solicitação encaminhada pela Secretaria SEMSERP, observadas as instruções e especificações nela contidas, no prazo e local indicados;

11.1.2. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador da ATA, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

11.1.3. Manter, durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência e no Edital;

11.1.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do contrato, tais como taxas, fretes, tributos, obrigações relativas a salários, pagamentos de recursos humanos, Previdência Social, impostos, encargos sociais, transporte, indenizações, recolhimento de valores para órgãos de classe e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo

fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidente de trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual, ficando o Contratante isento de qualquer responsabilidade quanto a essas despesas;

11.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Órgão Gerenciador da Ata ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo quando do fornecimento dos itens da futura aquisição dos materiais.

11.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a futura aquisição.

11.1.7. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da execução durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Da Fiscalização da Ata:

12.1.1. O fiscal da ARP acompanhará a execução do futuro fornecimento dos materiais, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do Decreto Municipal nº 300/2023.

12.1.1.1. O fiscal anotará, no histórico de gerenciamento da ata, todas as ocorrências relacionadas à execução do fornecimento, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do Art. 117, [§1º da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 300/2023](#);

12.1.1.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da ata emitirá notificações para a correção, determinando prazo para tanto;

12.1.1.3. O fiscal informará ao gestor da ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e/ou saneadoras, se for o caso, nos termos do Decreto Municipal nº 300/2023.

12.1.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ata nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor da ata, nos termos do Decreto Municipal nº 300/2023.

12.1.1.5. O fiscal comunicará ao gestor, com antecedência e em tempo hábil, o iminente término da vigência da ata sob sua responsabilidade, com vistas à renovação ou à prorrogação.

13. Do Gestor da Ata:

13.1. O gestor coordenará o processo de acompanhamento e fiscalização da ata, bem como sua atualização, devendo providenciar todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da ata, a exemplo da ordem de serviço/solicitação de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento à finalidade da contratação nos termos do Decreto Municipal nº 300/2023.

13.2. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.3. O gestor deverá, nos termos do Art. 12, Inciso XXVII do Decreto Municipal nº 300/23, encaminhar à Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos – SEMLIC, em até 10 (dez) dias úteis após a publicação do extrato, a cópia física da Ata.

13.4. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Fornecedor Registrada, com menção ao desempenho do prestador na execução do fornecimento dos materiais, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento

de obrigações, a ser enviado, por cópia, à Comissão de Registro Cadastral da SEMLIC.

13.5. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133 de 2021.

13.6. O ordenador de despesas deverá, nos termos do Art. 21 do Decreto Municipal nº 300/23, encaminhar à Comissão de Registro Cadastral da SEMLIC, o relatório final contendo as informações acerca do desempenho do Fornecedor Registrado quanto ao cumprimento das obrigações assumidas, para fins de anotação no cadastro de atesto de cumprimento das obrigações.

14. DO PAGAMENTO (Art. 20, Inciso VI do Decreto Municipal nº 295/2023)

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos – não podendo esse prazo ser superior a 30 dias contados do protocolo do requerimento perante a Administração Municipal, o qual deverá ser instruído com a nota fiscal atestada, a cópia da nota de empenho e da ordem de fornecimento assinada pela fiscalização, além dos documentos indicados no **item 13.4**;

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a fiscalização manifestar seu atesto, em até 05 (cinco) dias úteis, ato conjunto do fiscal e do gestor, nos termos do artigo 18, do Decreto Municipal nº 300/2023;

14.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a contagem do prazo para pagamento ficará sobrestada até que o Fornecedor Registrado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao órgão gerenciador.

14.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista, tributária e previdenciária.

14.4.1. Constatando-se a situação de irregularidade do Fornecedor Registrado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente suas justificativas. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período.

14.4.2. Não havendo regularização ou sendo a justificativa considerada improcedente pelo gestor da ata, o mesmo dará ciência ao Ordenador de Despesas, que adotará as providências pertinentes;

14.4.3. Persistindo a inexecução do objeto do registro de preços, o Órgão Gerenciador da Ata deverá adotar as medidas necessárias relativas ao caso de inexecução da ARP nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Fornecedor Registrado a ampla defesa.

14.4.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Itaboraí- CNPJ: 28.741.080/0001-55 - Endereço: Praça Marechal Floriano Peixoto nº 97- Centro- Itaboraí- Cep: 24.800-165.

14.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária em favor da Contratada/Fornecedora Registrada;

14.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

14.7. O Fornecedor Registrado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. DO REAJUSTE (Artigo 6º, inciso X da Lei nº 14.133/2021)

15.1. Compete ao órgão ou entidade gerenciadora da **Ata de Registro de Preços** a prática de todos os atos de controle e de administração do Sistema de Registro de Preços – SRP durante toda a sua vigência, inclusive a análise e a formalização de eventual **alteração ou atualização dos preços registrados**.

15.2. Os preços constantes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, mediante justificativa formal, nas seguintes hipóteses:

- (I) para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em casos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução da Ata nos termos pactuados,
- (II) em razão da criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, ou de disposições legais supervenientes, desde que comprovada a repercussão direta sobre os preços registrados;
- ou (III) quando houver previsão expressa no edital ou no aviso de contratação direta quanto ao reajustamento ou à repactuação dos preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Em qualquer hipótese, a alteração dos preços deverá ser devidamente motivada, formalizada nos autos e promovida pelo órgão gerenciador da Ata em conformidade com Decreto Municipal nº 003 de 04 de janeiro de 2024.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021)

16.1. Comete infração administrativa, o Fornecedor Registrado que:

- 16.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 16.1.2.** Dar causa à inexecução total do contrato/ata de registro de preços;
- 16.1.3.** Não celebrar o contrato/ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 16.1.5.** Prestar declaração falsa durante a execução do contrato/ata de registro de preços;
- 16.1.6.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata de registro de preços;
- 16.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 16.1.8.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.1.9.** Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Pela inexecução da ata de registro de preços, a Administração poderá aplicar ao Fornecedor Registrado as seguintes sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

16.2.1. Advertência (Art. 156, Inciso I da Lei nº 14.133/21) por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.2.2. Multa (Art. 156, Inciso II da Lei nº 14.133/21) não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

16.2.3. Impedimento de contratar e licitar (Art. 156, Inciso III da Lei nº 14.133/21), que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos Incisos II, III, V, VI e VII do caput do [Art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

16.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (Art. 156, Inciso IV da Lei nº

14.133/21), que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos Incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

16.3. As sanções previstas nos **subitens 16.2.1, 16.2.3 e 16.2.4.**, poderão ser aplicadas ao Fornecedor Registrado juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

16.4. A sanção estabelecida no **subitem 16.2.4.** será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

16.4.1. Quando aplicada, será de competência exclusiva do Ordenador de Despesas;

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.4.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

16.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa do Fornecedor Registrado observando-se especialmente o procedimento previsto no Art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

16.6.1. As penalidades aplicadas pelo Município de Itaboraí serão encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, cadastradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 20, Inciso VIII do Decreto Municipal nº 295/2023)

17.1. As despesas decorrentes da contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, Orçamento Municipal vigente na classificação abaixo:

Órgão	24 – Secretaria Municipal de Serviços Públicos
Unidade	001 - Secretaria Municipal de Serviços Públicos
Programa de Trabalho	15.452.0079.2205 – Manut. E Conser. Dos Logr. Públicos
Natureza de Despesas	3.3.90.30.24.00
Fonte	1.705.0013 / 1.501.0001 / 1.501.0062 / 1.704.0013
Ficha	/ ____ / ____ / ____

17.2. Para os casos de dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, a mesma será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1.O presente Termo de Referência (TR) segue devidamente aprovado pela autoridade competente (ordenador de despesas) e está alinhado com o Plano Anual de Contratações – PAC, na forma do Art, 21, §1º do Decreto Municipal nº 295/2023 e nos termos da Lei nº. 14.133/2021.



Documento assinado eletronicamente por **LAREDO ALVES AZEVEDO, Diretor(a) Técnico(a)**, em 13/04/2026, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO SPERLING DOS SANTOS, Secretário(a) Municipal de Serviços Públicos**, em 13/04/2026, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ib.itaborai.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0620789** e o código CRC **E287DA11**.